

ORDEM DE SERVIÇO	
Nº	09/2011
DE: Porto de Sesimbra	DATA: 30-06-11

ASSUNTO: **Normas de Utilização do Cais de Acostagem na Praia do Ouro, em Sesimbra**

Aos serviços e utentes se dá conhecimento que, nos termos do disposto no n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de Novembro, conjugado com o disposto nas alíneas a), d) e j) do Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2 de Março e no âmbito das competências do Conselho de Administração, da APSS, S.A., previstas no art.º 10.º dos seus Estatutos aprovados pelo referido Decreto-Lei n.º 338/98, o Conselho de Administração, na sua reunião do dia 30 de Junho de 2011, deliberou aprovar as seguintes normas de utilização do cais de acostagem na Praia do Ouro, em Sesimbra:

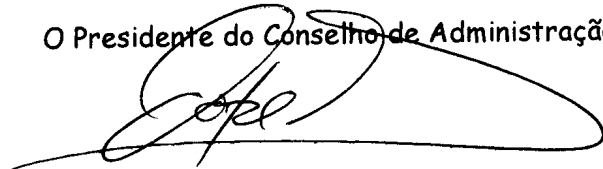
1. O cais, localizado no esporão da Praia do Ouro, destina-se à utilização prioritária das embarcações de apoio aos ancoradouros, das embarcações detentoras de licença de actividade marítimo-turística, dos semi-rígidos da Policia Marítima e da APSS e à utilização pontual de embarcações de recreio fundeadas nos ancoradouros do Clube Naval de Sesimbra e da APSS.
2. As embarcações referidas nos pontos anteriores não podem ultrapassar os dez metros de comprimento e o calado máximo é de um metro.
3. As embarcações referidas nos pontos anteriores, apenas podem utilizar o cais para embarque e desembarque de passageiros e/ou tripulantes, sempre com um tripulante a bordo, sendo expressamente proibido o estacionamento para além do tempo estritamente necessário àqueles fins.
4. As embarcações que pretendam embarcar passageiros têm prioridade relativamente às que pretendam desembarcar.
5. Na aproximação ao cais, as pessoas responsáveis pelo governo das embarcações são obrigadas a manter a velocidade mínima possível e necessária ao governo da embarcação, com o máximo de 3 nós, a fim de não prejudicar o embarque/desembarque e a estabilidade do cais, bem como a dar um resguardo adequado à manobra das restantes embarcações que pretendam embarcar passageiros.



6. Tendo em conta o cumprimento do cais de vinte metros, poderão ser efectuadas simultaneamente duas operações de embarque/desembarque, pelo que as embarcações devem acostar numa das pontas do cais, a que estiver vaga no momento da acostagem.
7. As embarcações que acostem a este cais deverão estar providas com defensas adequadas a não danificarem o cais, sendo responsáveis por avarias causadas neste, por falta de meios adequados ou manobras perigosas.
8. Para a amarração, as embarcações deverão utilizar apenas os cunhos destinados a este fim, sendo proibida a passagem de cabos a outros pontos do cais.
9. O acesso terrestre ao cais deverá ser mantido permanentemente desimpedido.
10. Tratando-se de águas restritas, o governo da embarcação deve ser efectuado em pé, com muita e especial atenção de todos os tripulantes, destinada a salvaguardar a segurança das operações.
11. É expressamente proibido mergulhar do cais e nadar na zona de acesso ao mesmo.
12. As infracções às presentes normas, independentemente de eventuais avarias e acidentes pessoais cuja responsabilidade caiba aos infractores, constitui contra-ordenação prevista por diversa legislação em vigor, designadamente no Regulamento da Náutica de Recreio, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de Maio e nos arts. 3º, 4º e 9º do Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2 de Março, com coimas cujos montantes poderão atingir o valor máximo de € 3.700, valor este que, no caso de pessoas colectivas, poderá ascender ao limite de € 44.000.

Sesimbra, 30 de Junho de 2011

O Presidente do Conselho de Administração



Carlos Gouveia Lopes

IMP.0018 de 03/03/2008



ORDEM SERVIÇO 09\_2011\_CAIS ACOSTAGEM PRAIA DO OURO.docx